

# REPERCUSSÕES DA NOVA ORDEM NA ECLOSÃO DA VIOLÊNCIA\*

**Raquel de Matos Lopes Gentili<sup>1</sup>**  
**Andrea Bayerl Mongim<sup>2</sup>**  
**Adriana Gomes<sup>3</sup>**

## RESUMO

O presente artigo discute como as medidas desregulamentadoras da nova versão política do liberalismo econômico e da globalização contribuíram para o aparecimento de novos organismos internacionais, paralelos aos Estados nacionais. Analisa os efeitos deletérios deste processo na configuração de novas organizações de economia ilícita, vinculadas à produção da violência, bem como nas novas formas de expressão da subjetividade.

## PALAVRAS-CHAVE

globalização; violência; subjetividade

## INTRODUÇÃO

O tema da violência mobiliza a todos de forma exaltada. Está presente no cotidiano doméstico, de trabalho e nas situações de lazer de milhares de cidadãos. Na vida privada são constantes agressões

---

\* Este texto consiste num produto parcial da pesquisa "*Jovens Vítimas de Homicídio: perfil e trajetória familiar*" desenvolvida pelas autoras. Contou com o apoio financeiro da organização espanhola *Jovenes del Tercer Mundo* e da participação das alunas do curso de serviço social Luana Ribeiro da Trindade (bolsista de iniciação científica), Tatiana Darós, Maria Inês de Almeida, Ilza Carla Correa do Nascimento e Cristiane Vieira Bonfim, que intermediaram o processo de contato com as famílias.

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pela PUC - São Paulo. Professora da Faculdade Salesiana de Vitória

<sup>2</sup> Mestre em Antropologia pela UFF. Professora da Faculdade Salesiana de Vitória

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia Social pela UFES. Professora da Faculdade Salesiana de Vitória

violentas, estupros e assassinatos contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, sejam esses pais, filhos ou avós. Toda a estrutura familiar está sujeita à prática desses desatinos que expressam ambições, ódios, ressentimentos e desagregação do agrupamento de estrutura mais ancestral que a humanidade já construiu.

Na vida pública, os jornais relatam cenas comuns, cujos embates cotidianos e desavenças geram conflitos, os quais parecem não suportar mais a mediação das diversas formas de comunicação existentes até agora construídas. Parece que, de repente, todo tecido social se esgarça e a articulação da ordem se rompe.

A vida transcorre como se fosse “*um anel mágico e vazio*”, que liga uns acontecimentos a outros na corrida de um desejo em direção “*a um objeto que não existe*” conforme descreve Ítalo Calvino (1990). A sociedade contemporânea está marcada pelo ritmo alucinante das inovações. Rapidez, concisão, turbilhão de imagens e de pensamentos e acontecimentos parecem não ter fim. Não há tempo para se amadurecerem sentimentos e idéias. Toda a sociedade se organiza numa impaciência que resulta em uma “*contingência efêmera*”. Até a vida humana.

A violência emerge nesse cenário como a principal expressão dos problemas atuais. Os estudiosos da temática a abordam a partir de diversas perspectivas: formas e incidência de manifestação; mecanismos relativos à criminalidade em geral e ao tráfico de armas e drogas em particular; economia e geo-política do tráfico; problemas urbanos; segurança pública; banditismo urbano, etc.

A presente reflexão tem como foco central algumas articulações entre a sociedade moderna e as atuais incertezas da vida societária, produzida pela generalização dos mercados. Tem como objetivo traçar um olhar panorâmico sobre as novas questões expressas na globalização, que se manifestam, sobretudo, nas atuais relações do imperialismo americano com o resto do mundo.

Desta perspectiva, serão observados: o advento das manifestações do novo conservadorismo, amparado na difusão da ideologia neoliberal; o assombroso avanço das mais diversas formas de manifestação da violência e a configuração de uma nova identidade que tem como valor central a liberdade, cuja centralidade está amparada na livre competição de homens e mulheres em busca de suas realizações como sujeitos individuais perante um mercado cada vez mais generalizado, que inclui, inclusive, as relações sociais e as trocas simbólicas.

## **VELHOS E NOVOS PADRÕES DE ACUMULAÇÃO NA NOVA ORDEM CAPITALISTA**

Hoje, o que se convencionou denominar padrão pós-moderno de civilização decorre da existência de um conjunto de fatores que tornaram a vida cada vez mais imprevisível. Tal imprevisibilidade, que se manifesta tanto nas relações produtivas de bens materiais, quanto espirituais, transformou radicalmente as relações societárias em escala planetária, aceleradas, sobretudo, pelas possibilidades da sociedade informatizada.

No século XIX, Marx e Engels (1988) já observaram que a alteração contínua dos instrumentos de produção repercutia na transformação das relações sociais, portanto no conjunto da sociedade. As mudanças na estrutura produtiva provocaram – e ainda provocam –, uma série de modificações simultâneas nas condições de vida social e moral de qualquer sociedade. As incertezas e a agitação tornaram o capitalismo uma época sem precedentes pelo fato desse alterar todas relações anteriores, consagradas pelo tempo, pelas crenças e opiniões estabelecidas. Foram testemunhas de um tempo de rápidas transformações que os surpreendeu. Essa percepção ficou consagrada na famosa formulação de que “tudo que é estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado” (MARX e ENGELS, 1988, p. 24).

Desde sua origem, a sociedade moderna construiu uma longa história de expansão mundial, de civilização do mundo. Trata-se da história que tornou antigas realidades locais, tribais e culturais em novas realidades capitalistas, em novas cidades modernas. Ou seja, fê-las tanto material, quanto espiritualmente “*ocidentais*”.

Nesta trajetória, o capitalismo produziu revoluções ou combinou desenvolvimentos desiguais associados a grupos tradicionais ou recuperou arcaicas formas de poder, desde que funcionais para a acumulação. Esta trajetória já se externou mercantilista, revolucionária, imperialista e se apresenta agora, globalizada. Sua constante transformação tem sido de tal monta, que desse processo emergiram novas realidades que sucederam historicamente, de formas muito distintas.

A idéia da teoria do valor em Marx (1986), sobre a apropriação privada como mola propulsora da acumulação capitalista, parece cada vez mais atual em face das formas contemporâneas de acumulação e de poder. Superam com grande magnitude os padrões de acumulação

que se consagraram com as Revoluções Oitocentistas.

Marx, em *O Capital*, adverte que a mercadoria assume um poder extraordinário, que a todos subjuga com o seu encantamento, seu poder mágico. Ou seja, como se fosse um “*fetice*”. À mercadoria é agregado um valor extraordinário, um valor “*fantasmagórico*”, que teria o poder de transformar realidades cruas em novos valores culturais pelo conteúdo simbólico a elas atribuído. Em tal processo, Marx identificou a capacidade de tornar a todos alienados.

Desde o período do mercantilismo, a acumulação, o lucro e o ganho monetário tornaram-se predominantes nas relações sociais. Pela mediação da mercadoria, o dinheiro tornou-se o equivalente geral com poder de transformar todas as relações entre os homens. Dessa forma, tudo passou a se metamorfosear em trocas mercantis.

É fato que as incomensuráveis mudanças da sociedade moderna deram origem a um vertiginoso processo de transformação. Uma voraz industrialização arrasta consigo mudanças nas manifestações e organizações das práticas sociais, nas identidades culturais e sociais e nos valores simbólicos.

Esse processo solapa as manifestações das personalidades individuais de todas as classes e camadas sociais, com forte sujeição de suas vontades, idéias e práticas a um turbilhão de novas manifestações, brilhantemente apreendidas por Marx no “*Manifesto Comunista*” como voláteis – pois que sólidas –, desmancham-se no ar (BERMAN, 1986).

As relações sociais predominantes - que se forjaram ao longo dos séculos XIX e XX entre proprietários (grandes ou pequenos) e trabalhadores (braçais ou intelectuais), incluídos ou excluídos –, parecem sonolentas e arcaicas quando expostas hoje às novas manifestações de potência individual e coletiva das diversas formas de troca, que penetram todas as organizações da sociedade e suas instituições.

As transformações societárias, que se manifestam na vida pública e privada e que são marcadas por novos processos, ritmos e formas de racionalização do mundo, assumiram o controle de toda a vida social. Emergiram no mundo do trabalho e se expandiram organizando o interior do Estado por meio de novas práticas e de uma nova ética que, por sua vez, provocaram a emergência de novos controles sociais. Weber identificou nessas novas formas de controle das burocracias públicas e

privadas, uma “*indispensabilidade objetiva*” (GERTH e MILL, 1974) para organizar e transformar o funcionamento administrativo em um ato impessoal com o qual foi possível estender o controle sobre toda sociedade.

As transformações que inauguraram a era moderna estruturaram também uma nova relação de controle no interior do Estado. Schimdt (2000), analisando o argumento weberiano de dominação racional-legal sobre a sociedade, identifica, nesse novo padrão de dominação mediada pela burocracia, a verdadeira ameaça à liberdade. Entretanto, as burocracias foram muito mais que um determinado padrão de controle antiliberal. Estão totalmente implicadas na grandeza dos diversos processos construídos ao longo do século XX e se manifestaram em projetos societários tão diferenciados como o liberalismo, o socialismo, a democracia, a social-democracia e o fascismo. E, cada um desses regimes políticos, que se apresentam como alternativas de poder, teve como artífice, um bom número de zelosos burocratas que os executaram.

O neoliberalismo, correlato político da globalização, estabeleceu-se como parceiro dos Estados mais poderosos e transformou-se no macro detonador das profundas transformações espirituais atuais. Não há como desconsiderá-lo como variável interveniente central nas transformações estruturais que sua expansão provoca. Ao se generalizar, traz de volta à cena internacional contemporânea, em escala planetária, fenômenos já presentes nas clássicas experiências liberais européias, que conferiram legitimidade aos regimes conservadores, nazistas e fascistas em troca de seguro retorno aos capitais investidos.

Para Cerroni (1993, p.64), os liberais nunca conseguiram impulsionar a democracia na medida em que, agarrados às “*regras do jogo*” tradicional, tornaram-se tíbios na defesa dos “*novos direitos*”, inclinando-se sempre pelas posições conservadoras. Somente a partir de lutas que reivindicaram direitos sociais, políticos e jurídicos universais foi possível historicamente, a emergência da liberal-democracia como força política que tornou possível a associação de idéias relativas ao “*Estado de direito*”, ao de “*sistema representativo fundado na soberania popular*”, assim como a incorporação de um sistema de valores igualitários, de tradição socialista, baseado na “*igualdade de condições no exercício do poder e participação*” (CERRONI, p. 59).

Ao final do século XX, três grandes e simultâneas experiências, contribuíram para o rompimento do equilíbrio de forças na política

internacional com conseqüências significativas para o problema da autonomia dos Estados nacionais:

- a derrota do chamado socialismo real, marcada pelos episódios emblemáticos da queda do Muro de Berlim, da repressão do exército chinês aos estudantes da Praça da Paz Celestial e do fim da antiga União Soviética. Esses expressaram conflitos e as contradições internas da experiência do “socialismo real” e impulsionaram novas reflexões sobre liberdade, democracia e socialismo;

- a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social (defendido por diversos partidos democratas e sociais-democratas), que rompeu com o pacto keynesiano que permitira o reformismo social do Estado capitalista no pós Segunda Guerra Mundial e passou a ameaçar a ampliação de direitos e o sistema de proteção social na forma de serviços públicos destinados aos segmentos sociais mais vulneráveis;

- o revigoreamento do padrão de dominação do tipo liberal, que reassumiu (no rastro da crise fiscal das experiências do Estado de Bem-Estar), pela via eleitoral (em 1979 na Inglaterra e 1980 nos Estados Unidos), o poder político, enfraquecendo ainda mais os mecanismos de controle econômico e de investimentos que foram desenvolvidos pelas experiências progressistas.

O retorno do padrão ortodoxo de controle da economia deu origem a medidas recessivas e desregulamentadoras do sistema de proteção social com a finalidade de superação das crises econômicas, provocadas pelo aumento dos gastos públicos das experiências anteriores. A conseqüência política mais imediata de todo esse processo foi a consolidação da hegemonia neoliberal que, segundo Anderson (1995), contou com o decisivo apoio político dos países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDC). Essa estratégia visava retornar às altas taxas de crescimento, à manutenção do Estado forte, ao controle dos gastos públicos e dos sindicatos, assim como a redução dos investimentos no social e na economia (1995).

O consenso neoliberal, favorecido pela globalização, aumentou a subordinação, principalmente das nações mais vulneráveis econômica e politicamente, a organismos internacionais (amplamente controlados pelos Estados Unidos) como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, entre outros, que possuem “*poder regulatório*” e “*medidas disciplinadoras*” para conter os gastos sociais dos Estados Nacionais.

## SOBERANIA DO ESTADO E CONSENSO NEOLIBERAL

A estrutura de Estado, que surge com o advento da era moderna, assumiu a prerrogativa de exclusividade no uso da violência para coibir ações que pudessem vir a por em risco toda sociedade. Esse uso da violência como poder privativo e legítimo, Weber identificou como uma das principais funções do Estado-nação (GERTH e MILL, 1974).

Decisivo na organização do capitalismo nascente, o Estado teve seu suporte na dominação racional-legal da burocracia e tornou legítimo o uso do poder e da força. Também as organizações produtivas deflagraram movimentos de expansão da tecno-burocracia, fato que transformou radicalmente todas as relações sociais tradicionais.

Mais que uma característica do Estado ou da economia, a racionalidade legal, burocrática e tecnológica tornou-se uma expressão determinante da modernidade, entretanto, por mais que Weber tenha insistido na necessidade da existência de uma burocracia disciplinada e “*desprovida de paixões*” estranhas aos interesses públicos mais relevantes, verifica-se que a racionalidade do poder nem sempre esteve a serviço dos ditames da justiça, do direito e da distribuição dos bens coletivos produzidos pela ciência e pela cultura. Os interesses da lucratividade, assim como os da reprodução das estruturas de poder já instaladas, caracterizaram-se como “*tendências econômicas expansivas*” apoiadas por comunidades políticas.

Mecanismos clássicos de poder de Estado, já identificados por Weber, como o uso de constrangimentos, da força e da violência sobre a sociedade, foram estabelecidos, aceitos e considerados legítimos pelos governados, à medida que expressaram, em cooperação com aliados, sentimentos coletivos que consagraram uma ordem nacional interna (GERTH e MILL, 1974). O Estado nacional manifestou-se como expressão de relações contraditórias que possibilitaram a consolidação de valores responsáveis pela emergência de um sistema jurídico de proteção ao cidadão e ao estado de direito. Por outro lado, em muitos momentos organizou-se como processo de controle rígido e de restrição de liberdade, consagrada na analogia weberiana, como “*jaula de ferro*”.

A esse respeito, Schmidt (2000) observa que a privação de liberdade nas sociedades modernas consagrou-se menos pela associação ao modelo da burocracia estatal e mais pelos “*processos diferenci-*

*ados de produção e pressão ao consumo*” que foram impostos à sociedade como um todo. Tais procedimentos não impediram, entretanto, que o Estado fosse utilizado como instituição investidora e reguladora de decisões econômicas, ficando o diferencial a cargo das propostas de cada regime político e social.

Internacionalmente, nas relações entre os Estados-nação, os determinantes que impõem o poder de um Estado sobre os demais, alimentam uma racionalidade geopolítica compatível com uma lógica que fere atributos da “*medida política*” evidenciando a existência de uma ação auto-centrada descomprometida com uma ética racional. Dessa perspectiva, a questão da soberania dos governos é um assunto decisivamente político, apesar de se reconhecer a importância do papel da estrutura econômica na “*determinação das proporções*” e do “*modo de expansão política*” (GERTH e MILL, 1974).

Os processos imperialistas sempre estabeleceram marcas que caracterizaram períodos históricos e conformaram determinadas expressões da ordem internacional. Uma forma esclarecedora das relações entre estados nacionais pode ser observada no jogo de forças que evoluíram em torno de disputas na divisão do planeta no pós Segunda Guerra. As duas nações que se despontaram como polarizadoras de tendências civilizatórias divergentes, desenvolveram mecanismos de estabelecimento de hegemonia que acabaram refreando expressões multicivilizacionais diversificadas – no âmbito de seus raios de influência -, que se tornaram visíveis, paradoxalmente, com o fracasso da estratégia soviética e com a emergência da globalização.

Com o fim da guerra-fria no final do século XX - caracterizado pelo conflito leste-oeste que envolvia disputas entre os países pólos das relações internacionais -, a concepção de “*democracia*” na versão neoliberal tornou-se um imperativo político e referência obrigatória, gerando um novo consenso hegemônico nas novas relações internacionais, em torno de interesses que alimentam o imperialismo americano. A concentração inusitada de poder numa única nação colaborou para o aumento da imprevisibilidade das relações internacionais. A falta de antagonistas poderosos para fazerem frente aos Estados Unidos produziu graves repercussões nas condições de soberania das nações mais frágeis política e economicamente.

A generalização da globalização, facilitada pela eliminação das barreiras de tempo e espaço em decorrência das inovações



tecnológicas nos meios de transporte e nas telecomunicações, possibilitou a expansão do poderio americano onipresente, que reivindica para si, como legítima, a universalização de sua cultura. Hobsbawm (2002, p.446) chama atenção para um problema que entende como sendo o da atual geração: ter que se haver com um império que não sabe o que quer e o que pode fazer com seu poderio, que não conhece limites.

Para o resto do mundo, que não concorda com o modelo da democracia, na versão neoliberal baseada no individualismo, na privatização dos interesses públicos e na subordinação de todos valores humanos ao dinheiro, está colocado o problema de ser tomado como adversário pelo simples fato de ser diferente. A hegemonia americana, no contexto da globalização, traz um conjunto de novos problemas para as relações internacionais, assim como para os estados nacionais e suas respectivas sociedades.

Os interesses concentrados na federação americana impõem uma nova forma de autoridade que almeja o controle total sobre a ordem atual no planeta, com forte ameaça à soberania dos Estados, inclusive exercendo pressões através de organismos multilaterais e supranacionais, que existem, em tese, para conceber uma ordem social na qual todos os povos podem participar com autonomia, seja nas relações diplomáticas, seja nas industriais e comerciais.

Entretanto, a regularidade com que se repetem as estratégias supranacionais de globalização, apoiadas na doutrina neoliberal, e se ampliam as ameaças e pressões sobre as nações mais frágeis, reduzem-se concretamente as possibilidades de organismos supranacionais exercerem plenamente suas funções diplomáticas na realização de tratados, nas decisões econômicas e na celebração da paz. Mostrou-se cada vez mais estratégica à manutenção do poder em escala mundial, a extensão de poder político e domínio sobre territórios, tornados inimigos por suas diferenças. Regiões inteiras do planeta foram subordinadas aos interesses imperialistas recentes tanto por armas como por valores políticos e culturais, repetindo situações clássicas, já observadas pelos grandes teóricos sociais como Marx e Weber, só para nos remeter aos principais expoentes.

Esse processo apresenta-se como uma tendência que fortalece as nações imperialistas e enfraquece a soberania das demais. E, à medida que os interesses econômicos realizam sujeição política, além de gerarem resistências nos países subordinados (até por meio de con-

frontos violentos), produzem efeitos deletérios sobre as demais funções dos Estados como, por exemplo, na manutenção da ordem interna e no uso legítimo da força.

Quando observada da perspectiva da capacidade de intervenção econômica no mercado de capitais, a globalização revelou toda sua voracidade nas operações de capitais movimentados pelo mercado de câmbios internacionais, cujas operações exclusivamente financeiras, comprometeram profundamente várias economias nacionais (ANDERSON, 1995).

A absorção passiva e a complacência com a ideologia neoliberal têm facilitado a supremacia da globalização e da generalização das trocas mercantis de forma desvantajosa para as nações mais frágeis econômica e politicamente. Nesse campo, os Estados Unidos desenvolvem uma agressiva política contra mecanismos protecionistas dos produtos alheios, mas não abre mão de proteger os seus.

Outros exemplos mais contundentes aparecem nas iniciativas de guerra contra o Iraque em 2003, liderada pelos Estados Unidos, que recoloca a clássica questão weberiana sobre os fundamentos da política como "*medida da capacidade de discernimento*", problemas que Negt já identificara em relação à recente guerra do Golfo (NEGT E KLUGE, 1999, p.168). A despeito do fato de ambas as guerras terem promovido interesses ligados à indústria bélica, ao controle sobre os preços do petróleo e de outros setores da economia que possam obter ganhos com as mesmas, a grande questão política em jogo refere-se à supremacia americana, que, após o fim da guerra fria, tornou-a a única nação com poder de determinar sobre questões de soberania alheia, produzindo conseqüências sobre as reais possibilidades de convivência pacífica entre povos soberanos.

Historicamente, as intromissões das grandes potências em assuntos internos de Estados adversários têm levado ao enfraquecimento de governantes pela destituição de seus cargos, pela disseminação de focos de poder armado, pelo apoio à resistência e à oposição interna e pelas intervenções armadas. Apesar disso, observa-se que os conflitos internos não se resolvem apenas com a intromissão motivada seja pela retórica do combate ao "*terrorismo*" ou ao "*lucrativo tráfico de drogas e armas*" (NEGT E KLUGE, 1999, p.182).

O liberalismo – que historicamente abriu possibilidades para reivindicações dos movimentos democráticos e operários ao proclamar a “*igualdade de dignidade*” -, em sua versão neoliberal reluta intransigentemente aos avanços por demandas coletivas por uma democracia, que signifique uma “*lei igual para todos*” e não apenas a “*igualdade perante a lei*” (CERRONI.1993, p.59).

Em nome de valores políticos tidos como superiores, as nações imperialistas apresentam-se como porta-vozes da democracia e se impõem como forças externas que viabilizam as novas “*oportunidades de lucro*”. A expansão dos negócios privados em “*mercados abertos*”, além de possibilitarem a generalização da comercialização de produtos de empresas transnacionais, potencializam a mercantilização de trocas sociais, agregando-lhes novos valores culturais e espirituais, assim como mudanças de hábitos.

Nesses novos mercados, emerge um sistema internacional de organizações não estatais, que agem com autonomia e liberdade em paralelo ao poder do Estado e têm dinamizado as relações internacionais, gerando as chamadas “*novas formas de relações transnacionais*”. Participam desse conjunto de novos atores internacionais não estatais, um grupo muito díspare de organizações, que vai das grandes corporações transnacionais, grupos de pressão e de interesses internacionais, a partidos políticos, grupos ideológicos, sindicatos e religiões, de um lado. Por outro, encontram-se as mais diversas formas de organizações ilícitas, que vai das tradicionais “*máfias*” às recentes organizações de tráfico de droga, de armas e os novos mecanismos de “*lavagem de dinheiro*”.

Assim como nas relações internas dos Estados, as atuais formas de relacionamento internacional determinam contratos, coalizões, interações e disputas passaram a fazer parte dos órgãos de planejamento de organismos governamentais e de empresas internacionais, determinando políticas internas que ultrapassam as fronteiras nacionais. Tal relação, se por um lado produz um sistema de ajuda internacional importante (sobretudo para situações críticas), por outro ocasiona uma generalizada insegurança não muito explícita à primeira vista, dada que faz parte dos paradoxos do próprio processo de expansão da globalização.

## **ESTADO E SOBERANIA EM FACE DAS NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO**

A complexidade da nova ordem econômica, conforme vista acima, abriu espaço para grandes e rápidas movimentações financeiras em tempo real e de alcance global. No rastro dessa nova economia, vários mecanismos operacionais acabaram favorecendo a oportunidade de negócios vinculados à produção da violência, sobretudo aqueles ligados ao terrorismo, ao seqüestro, ao tráfico de drogas, ao de armas, à corrupção e aos negócios ilegais. Tornaram-se delitos cujo impacto extrapolam fronteiras locais, podendo chegar a comprometer atividades econômicas e financeiras legais devido ao aviltamento da concorrência que pode gerar.

O tráfico internacional supõe uma logística complexa. Nem todo dinheiro gerado no narcotráfico é reinvestido na manutenção do negócio e no estabelecimento de uma estrutura de deslocamento de grandes carregamentos de droga via sistema de transporte naval, aéreo e/ou terrestre e organização dos entrepostos comerciais nos diversos países onde a droga é produzida e distribuída. Compreende, portanto, um conjunto de operações financeiras e comerciais que se incorporam nas diversas economias onde se estabelecem, de modo mais provisório ou permanente por meio de investimentos em recursos, bens e valores.

Pode se relacionar também à fuga de capitais, envolvendo vários setores produtivos. O dinheiro pode ser proveniente de contrabando de armas, grãos, produtos eletrônicos, matérias primas para a fabricação de armas nucleares e outros, assim como de lucros provenientes de serviços freqüentemente controlados por “*máfias*” (prostituição, hotéis, bingos, jogos de azar, casas de câmbio, tráfico de crianças e de órgãos humanos, etc).

Características de especialização no cultivo, industrialização, refino e distribuição de drogas obedecem também a determinações dos fatores de produção. Ou seja, os determinantes da produção de drogas de origem vegetal ou de produção de drogas sintéticas seguem as tendências do mercado e as mesmas características macro-econômicas expressas nas relações “*local – global*”, repetindo as leis da globalização que ameaçam a soberania nacional.

Segundo os estudiosos do tema, a economia ilegal movimentava trilhões de dólares. Nas Nações Unidas, os cálculos para lucros glo-

bais de organizações criminosas transnacionais (incluindo tráfico de drogas), são da ordem de um trilhão de dólares, representando uma quantia equivalente ao Produto Nacional Bruto do grupo de países de baixa renda (com população total de três bilhões de habitantes). Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, as operações ilegais do crime organizado são o “*inimigo número um*” desse início do século. Ações destinadas à legitimação do dinheiro obtido pelas operações ilegais nas chamadas “*lavagem de dinheiro*”, são muito difíceis de serem precisadas. Podem variar entre cifras de US\$ 1 trilhão, US\$ 1,5 trilhões a US\$ 2,85 trilhões em todo o mundo do crime organizado. Para outros analistas, a variação pode ser mais elástica. Poderia variar de 2% a 5% do PIB mundial (FREITAS JÚNIOR, 2004).

A facilidade de circulação de valores e pessoas, impulsionada pela livre circulação de pessoas e mercadorias no mundo globalizado, favorece a obtenção de lucros e de “*lavagem de dinheiro*” cuja origem é principalmente o crime organizado. Segundo Freitas Jr., a ONU calcula que só o narcotráfico movimentava cerca de US\$ 400 bilhões/ano, representando cerca de 8% dos negócios internacionais, montante equivalente ao que movimentam as indústrias de petróleo e de turismo. Para Coggiola (1996) esse volume só é menor que o movimentado pelo tráfico de armas.

Quando se consideram outras operações ilegais praticadas por esse segmento, pode-se avaliar uma mobilização de recursos que ultrapassa US\$ 1 trilhão e um lucro líquido em torno de 50% do valor arrecadado, ou seja, de US\$ 500 bilhões que podem ser “*lavados*” (FREITAS JÚNIOR, 2004). Desse aspecto, as atividades ilegais como a logística de produção e a distribuição de drogas mobilizam importante volume de capital, estabelecendo uma simbiose da “*narcoeconomia*” com organizações as mais diversas.

No processo de “*lavagem de dinheiro*”, a economia ilegal deixa de sê-la graças às aplicações no sistema bancário e financeiro, que o transforma em “*dinheiro limpo*” através de operações numéricas e de certos jogos de deslocamento geográfico do dinheiro. Tentando distinguir a origem das fontes de dinheiro ilegal, passaram a existir mecanismos internacionais de classificação do “*dinheiro sujo*” (*dirty money*)” em categorias distintas de como “*narco-dolares*” (originados do tráfico), “*fugas de capitais*”, “*dinheiro furtivo*” ou especulativo (*hot money*) e ainda o “*dinheiro negro*” (*black money*), ao qual é atribuído um caráter criminoso.

Estudos apontam que seria possível transformar o certificado de origem de “*dinheiro sujo*”, em “*dinheiro limpo*” ao entrar no sistema bancário por meio de mercados de capital e de bancos de investimento que atuam globalmente, manipulando fundos originários de diversos países e administrando diversos tipos de moedas, principalmente em centros financeiros *off-shore havens (paraísos fiscais)* (MACHADO, 2004). Entretanto, dados recentes apontam os Estados Unidos como o principal mercado de legalização de dinheiros provenientes de operações fraudulentas, chegando a realizar 50% das operações dessa natureza.

O papel da indústria farmacêutica na economia ilegal é pouco conhecido. Apesar disso pode-se observar em países industrializados, que dispõem de importante indústria farmacêutica, a existência de uma classificação diferenciada entre drogas sintéticas e drogas de origem vegetal. Alucinógenos como o LSD, depressivos e estimulantes são denominadas pelo DEA como “*drogas perigosas*” e não como “*drogas ilícitas*”. Seu uso é considerado apenas “*abuso de droga*”, diferentemente da cocaína, heroína e da maconha, consideradas consumos “*ilegais*” (DEA, 1995). Essa diferença de classificação parece estar associada ao fato do mercado de drogas ilícitas gerarem novas drogas sintéticas tendo como base fórmulas químicas que são processadas a partir do fabrico de medicamentos legais, tornando o controle de traficantes e usuários muito mais difícil.

Por outro lado, a “*narcoeconomia*” também tem investido em drogas de origem vegetal fora dos países pobres. Alguns Estados Americanos como Califórnia, Alabama, Havaí, Kentucky e Tennessee também estão investindo em plantações de maconha chegando atualmente a abastecer cerca de 25% do seu mercado interno (DEA, 1995). Essa produção compete diretamente com a produção de coca na Bolívia e no Peru (onde apenas 5% da produção total são destinados ao consumo tradicional e legal pela população). O restante abastece 60% do mercado mundial. Segundo Coggiola (1996), a CEPAL estima que um em cada três bolivianos lucra com a economia do narcotráfico. A Colômbia se especializou na transformação da pasta-base de coca pisada em cocaína, produzida pelo Peru e Bolívia, e a exporta para o resto do mundo. O país está cada vez mais nas mãos do tráfico. A “*narcoeconomia*” explora os camponeses e operários que são obrigados a produzir para os cartéis, fato que os torna acuados entre os “*esquadrões da morte*”, “*pistoleiros*” e a “*narcoguerrilha*”, de um lado e o aparato repressivo do Estado, do outro (MACHADO, 2004).

As limitações, os problemas e as conseqüências desse tipo de economia repetem-se em países como os do Sudeste e Sudoeste asiático, que são produtores de papoula, ópio, morfina e heroína. Autores como Vargas; Hartlyn; Labrousse & Wallon citados por Machado (2004) estudaram a relação entre essas atividades ilícitas, fluxos imigratórios, o crescimento de cidades médias e as modificações nas estruturas de poder em países dessas regiões.

O Brasil não pode ser considerado país produtor de coca, porém há indícios da existência de laboratórios de refino de pasta de coca, principalmente nas áreas próximas às fronteiras da Bolívia e do Peru. Entretanto, revela-se como um importante território para expansão de rotas de tráfico devido a sua vastidão territorial e dificuldades em guarnecer suas fronteiras. As cargas de cocaína que saem dos países andinos pelo Brasil utilizam-se de rotas que passam pelo interior de Rondônia, Mato-Grosso, São Paulo e Paraná e são exportados para os Estados Unidos e Europa pelos portos e aeroportos do Sul e Sudeste do país (ZALUAR, 1998).

Uma característica importante, que se evidencia no comércio de drogas, está relacionada ao fato de sua sobrevivência ser determinada multifatorialmente, associando determinantes populacionais, ambientais, geográficos, política de preço da mercadoria, normas sociais, características culturais, instituições políticas e diferentes sistemas de controle e repressão ao comércio ilegal.

A evolução recente do comércio de drogas sugere ainda a necessidade de se realizar reflexões que aprofundem a associação da relação entre questões estruturais como pobreza, determinantes populacionais e investimentos públicos, uma vez que existe uma correlação entre expansão da indústria da droga com segmentos sociais mais empobrecidos, tanto em países ricos quanto nos pobres. Apesar de associados, tem sido difícil demonstrar como este processo ocorre, uma vez que existe uma certa correspondência entre países “*distribuidores e consumidores de droga*” (países ricos) e “*países produtores*” (países pobres ou em desenvolvimento). Apesar das redes de distribuição se encontrarem basicamente nos países consumidores países produtores também criaram seu comércio local de drogas. O Brasil, apesar de não se situar entre as nações mais ricas do planeta, pela profunda desigualdade social que possui, enfrenta problemas nas duas pontas.

## **NOVOS PADRÕES SOCIETÁRIOS E A PRODUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA**

Parece que um dos grandes desafios do nosso tempo reside na necessidade de se entender o que há de novo nas formas violentas com as quais os homens se relacionam em seu cotidiano. Agentes e vítimas são envolvidos nas mesmas relações sociais e se incorporam aos processos que reproduzem a vida, o lucro, a competitividade, assim como a ambição e sonhos por dias melhores. Os mecanismos econômicos de controle das operações econômicas ilícitas têm se tornado cada dia mais complexo.

A urbanização dos últimos anos teve sua dinâmica intensificada e nela foram introduzidas novas contradições que parecem ter exacerbado paradoxos e intensificado a expressão de um mundo aterrador e caótico. Forças de articulação e de reparação da ordem social civilizada têm encontrado muita dificuldade de se estabelecerem em face ao dilaceramento das identidades culturais e sociais.

Para Ianni (2003), a forma como a violência aparece nas atuais relações entre Estado e sociedade tem levado a implicações teóricas e práticas complexas, como ao desmantelamento de um projeto nacional, à desarticulação da sociedade civil consigo mesma; à “despolitização” de questões centrais para a vida de indivíduos e coletividade, como são, por exemplo, o da formação da opinião pública. Zaluar (1998) aponta ainda a fragilização das formas de cooperação e mutualismo, desrespeito ao direito alheio e dificuldade de solução de conflitos sem a mediação da Lei.

Em sua análise sobre as raízes da violência, Ianni (2003) concebe a violência como a força propulsora da “destruição criativa” (expressão cunhada por Schumpeter) que move, destrói, manipula, orienta e reorienta forças produtivas tradicionais como capital, trabalho, tecnologia, mercado, planejamento, governos, classes sociais, valores simbólicos, culturas e as próprias expressões da violência. Quanto mais se busca a organização da dinâmica espacial das cidades, edificações, estradas e ruas que buscam segregar espaços, mais parece misturá-los.

A violência torna visível, de forma radical, como a expansão das diversas desigualdades sociais - classe, gênero, etnia, lingüística e religiosa - atinge os diferentes segmentos sociais. Desnudados, por meio de suas vítimas, os agentes que operam a selvagem “*indústria do crime*”



desconhecem nação, legislações comerciais, financeiras, trabalhistas, assim como o mais elementar dos direitos, o direito à vida.

A mesma lógica que leva à fabricação de riquezas, bens sociais, culturais e integração social, leva também à desigualdade, desintegração, diversidade, tensões e a exclusão. Cria a fruição e o desencanto. Comércio, indústria, serviços, transporte, lazer, festividade, beleza, conforto e qualidade de vida convivem com a exclusão, desigualdade, furto, roubo, seqüestro, estupro, tráfico de drogas, de órgão, assassinatos, terrorismo, etc.

Pesquisadores como Cerqueira e Lobão (2003), Coggiola (1996) sugerem que não há como equacionar a questão da criminalidade sem que sejam superados os grandes problemas socioeconômicos, particularmente relacionados à desigualdade da renda e ao adensamento populacional como geradores de um campo fértil para a expansão dos “*desajustes sociais*”.

Entretanto, ao estabelecer a relação entre criminalidade e interação social, Mendonça, Loureiro e Sachsida (2003a) sugerem que os crimes violentos respondem muito mais a questões daquilo que entendem como “*herança familiar*” que a determinantes econômicos. Para os autores, o alívio às restrições financeiras das famílias pode reduzir a incidência de crimes não-violentos, mas não os violentos, que seriam decorrente de fatores associados a transtornos mentais ou psicológicos, para os quais seriam necessárias medidas que aproximassem o indivíduo da família, da comunidade e de idéias vinculadas à fé.

Com relação à correlação entre criminalidade e desigualdade social no Brasil, os mesmos autores (2003b) observam que a desigualdade social é uma variável importante para explicar o agravamento do fenômeno da criminalidade. Ressaltam, porém que, apesar dos mecanismos econômicos relativos à “*desigualdade social*” parecerem óbvios em face da criminalidade, os mecanismos pelos quais a desigualdade influencia a ocorrência de criminalidade não são tão fácil de demonstrar.

Identificaram, porém, correlações entre desigualdade e criminalidade no que se refere à “*taxa de urbanização*” como forma de aprendizado ou entrada na criminalidade; à “*capacidade de consumo do agente econômico*”; e ao “*grau de insatisfação do mesmo em relação ao consumo*”. As duas últimas decorrem do grau da diferença entre o “*nível referencial*” posto de forma exógena e aquele que sua renda permite

alcançar. Consideram ainda que, em relação à variável “*desigualdade social*”, algo relacionado ao grau de “*interação social*” entre os indivíduos na sociedade aparece como uma variável importante na definição da possibilidade de inclusão dos mesmos em função de sua “*utilidade social*”.

Fajnzylber (2000), ao estudar a relação entre determinantes econômicos e criminalidade, observa que os gastos com políticas de segurança estão crescendo, inclusive, nos países desenvolvidos, assim como os gastos com as vidas perdidas. Além disso, observa que também estão aumentando os custos intangíveis da criminalidade, como por exemplo, os efeitos deletérios que a criminalidade provoca sobre os investimentos, a produtividade, a acumulação de capital humano e social, redução da qualidade de vida, etc.

Zaluar (1988) sugere como explicação para a ocorrência das formas atuais de disseminação da violência entre jovens pobres, do sexo masculino e de baixa escolaridade o fato dos mesmos possuírem poucas condições de competitividade em face ao padrão atual de qualificação da mão de obra exigida para os “*empregos formais*”. Tais jovens, como estratégia de acesso ao consumo e ao poder, recorreriam a comportamentos que expressariam ao “*ethos masculino guerreiro*”.

A “*desigualdade social*” em face às mais diversas expectativas de consumo criaria uma tensão sobre homens jovens mais arrojados e ambiciosos, mas com baixa capacidade de obter vantagens por meio dos padrões modernos de competitividade. Esses jovens recorreriam ao uso de artifícios de violência para terem acesso às recompensas econômicas, sociais e políticas (mesmo que, na maioria das vezes, em uma carreira de alto risco) que o tráfico de drogas e armas lhes proporcionariam.

Os negócios ilegais parecem funcionar na lógica que Hannah Arendt identifica como a própria “*substância da violência*”. Ou seja, essa expressa sempre uma situação limite que põe em risco a relação entre fins e meios em sua utilização, potencializando o uso da violência como fim do próprio negócio. Existe pouco controle sobre os resultados de um ato violento, pois são repletos de “*imprevisibilidade e arbitrariedade*” (1972). Uma vez estabelecido como conflitos irreconciliáveis de interesses, que não conseguem ser solucionados pela mediação da comunicação e das relações sociais, a violência cria um círculo vicioso no qual atos violentos são alimentados por outros atos violentos. Recolocam-se assim - no espaço privado da esfera da sociedade -, os problemas

que a autora já analisara sobre o uso da violência nas relações da vida política entre as nações.

Devido à grandeza das proporções que envolvem as práticas violentas atuais, o desafio de governos e das sociedades é colossal. A rigor não existe nenhuma possibilidade de sucesso no “combate” à criminalidade se esse não vier acompanhado de um movimento expressivo da sociedade nesse sentido, assim como de instrumentos legais para coibir parte dos atos ilegais gerados. Um dos grandes paradoxos dos tempos atuais está no fato de que nem tudo que a civilização ocidental construiu levou à criminalidade, ao individualismo, ao consumismo. Gerou também cooperação, solidariedade, auxílio mútuo, colaborações diversas.

Entretanto, os processos destrutivos e egoístas parecem minar cada vez mais as diversas formas de relacionamentos públicos e privados. Dão origem a um drama muito complexo e multideterminado que envolve toda a sociedade e interfere na economia, nas finanças, na vida social, na cultura e na constituição das novas subjetividades. É toda uma civilização que convulsiona, expressando suas crises, nas mais diversas formas e possibilidades, em termos planetários.

## **A PRODUÇÃO DE UMA SUBJETIVIDADE EM FACE AOS NOVOS DESAFIOS**

A partir da década de oitenta, liberdade passou a significar mais que a ruptura com as formas do conservadorismo anterior. A recolocação do liberalismo de novo tipo ganhou novos porta-vozes da defesa da “*livre concorrência*”, só que dessa vez, não entre empresas, mas na defesa de grandes corporações que conseguiram criar vantagens competitivas para manter suas posições privilegiadas.

A nova representação da liberdade – marcada pela lógica do sujeito consumidor-, alimentada pela propaganda e pela publicidade, sobrepuja a identidade do sujeito cidadão. As idéias de trocas mercantis aparecem, inclusive, em expressões cotidianas, tornadas peças publicitárias, como é o caso da idéia de “*levar vantagem em tudo*”. A vantagem tornou-se o grande diferencial nas práticas competitivas da vida cotidiana das empresas e das nas relações sociais, atingiu a família, as

relações de amizade e vizinhança. Envolve toda a vida social, o trabalho e a política.

As novas relações sociais atingiram também a produção da subjetividade, por meio da generalização da forma mercadoria e da submissão a um individualismo generalizado, cujos sintomas narcísicos caracterizam as atuais estruturas egoístas das relações sociais, das disputas políticas, das ações antioletivas e ainda nas relações de parentesco e companheirismo.

A disseminação de tais idéias, assim como de novas agências de poder e controle social (possibilitadas pela mundialização do mercado), atuam de diferentes formas na produção e na pressão por consumo de mercadorias. Transformaram a liberdade em um grande e poderoso fetiche, que submete a todos indiscriminadamente. Até as reações civis de solidariedade, expressas na forma de organizações não-governamentais são apresentadas como vantagem competitiva para empresas e empregados em busca de novas oportunidades.

No âmbito dessa submissão, encontra-se o equivalente geral de todas mercadorias, que é o dinheiro, com o qual se pode obter acesso a todo e qualquer consumo e prazer, submetendo todos a uma nova forma de alienação dela derivada. A lógica mercadológica de reprodução das relações de capital gira em torno da busca da idéia de se acessar a fruição de qualquer forma de prazer. Pouca tolerância à dor, assim como às restrições e limitações da natureza humana são apresentadas como campo promissor para novos mercados. Cada um é estimulado a evitar o sofrimento psíquico com a mesma impaciência com que se busca alívio para dor física. Nessa lógica, a inclusão de substâncias psicoativas no rol das possíveis mercadorias que possibilitam aliviar a dor existencial de se deparar com a incompletude humana torna-se algo percebido como natural e legítimo tanto para quem usa como para quem vende: uma mercadoria como outra qualquer.

A generalização do sentimento de urgência para o alívio da solidão, angústia, medo e impotência modernos tornou-se a via de entrada para as atuais formas compulsivas de consumo de objetos de desejo como roupas, bens de consumo, comida, bebida, sexo, jogo e uso de drogas lícitas e ilícitas, prazeres acessados pelo dinheiro e pelo poder. Todas diferentes buscas encontram-se numa mesma encruzilhada onde se manifestam nos atuais contornos da subjetividade, possibilitados pela mercantilização de atos, serviços e fazeres da vida. Tudo se

troca em dinheiro, o fetiche maior da modernidade.

A sociedade contemporânea vive sob a égide de um hedonismo que se alimenta pelo consumismo e pelos mitos de uma vida fácil, sem faina e de uma eterna alegria, conquistada pela posse de dinheiro em abundância para aquisição de uma enorme quantidade de quinquilharias carregadas de sentidos mágicos.

Uma ameaça que paira sobre a sociedade atual, decorre exatamente da naturalização de valores contrários à coesão social pela lógica que, amparada na defesa dos valores de liberdade dos indivíduos, transformou-os em prisioneiros de suas próprias escolhas. Ou seja, em termos mercadológicos, as decisões sobre preferências por consumo de bens culturais e espirituais (que inclui também valores políticos), são insistentemente atraídas pelo diferencial competitivo expressos nos rótulos, embalagens e peças publicitárias.

As novas interferências que os ditames da ditadura do mercado impõem, aparecem cotidianamente nos modismos, nas relações pessoais e nos costumes reinventados por processos complexos de reorganização da cultura como parece ser o caso do financiamento da luxuosa extravagância das escolas de samba e mesmo dos carnavais fora de época. Assim, desejos individuais legítimos e valores culturais autênticos assumem uma forma fantasmagórica estranha, que os banalizam pela sutileza da subjugação mercantil. Uma nova ética se impõe às relações que se consolidam. Dela faz surgir um novo padrão sócio-cultural de subjetividade engendrada por nova lógica refratária aos sujeitos coletivos e se coloca no centro da vida pública e da privada.

Tal ameaça interfere nas relações do novo sujeito consigo mesmo e com os outros na construção de sua identidade social, assim como nas relações sociais que estabelece com grupos primários e com a sociedade a qual pertence. Atualmente, esse processo tanto atinge a vida privada, quanto à coletiva.

Na vida privada, as formas que a identidade individual assume ao longo da vida das pessoas expressam os processos sociais aos quais estão expostas. Também interage com os mecanismos sociais por meio das representações compartilhadas que possibilitam o acesso aos códigos culturais mobilizados para o processo de individualização a partir de como cada sujeito se vê e se sente em suas experiências particulares.

Na vida pública, as diversas formas de subjetividade que os atores sociais expressam, encontram-se amparadas em manifestações de uma identidade coletiva subordinada ao individualismo possessivo, disseminado nas sufocantes relações sociais, as quais incluem a cultura e o consumo de massa. Esses processos amortecem valores identitários coletivos e sufocam a manifestação de uma autêntica singularidade e subjetivação dos sujeitos individuais (WIERVORKA, p.1998).

A tarefa milenar da instituição familiar e das relações pessoais, que envolve romance, amizade e criação de filhos, sofreu profundas transformações, provocando novos arranjos familiares e novas formas de socialização de crianças e jovens. Suas conseqüências sobre a constituição de uma nova ordem social não são ainda bem conhecidas. Muito assustam pelo movimento que realizam na destruição de formas anteriores, sem que ainda se tenham consolidado as novas possibilidades emergentes de proteção dos indivíduos.

Na década de oitenta, uma geração após o movimento de emancipação feminina, a mulher consegue buscar sua sobrevivência na sociedade sem depender do homem provedor. Sua identidade não se determina mais, apenas em função de papéis femininos rigidamente estabelecidos anteriormente. As mulheres promoveram uma grande mudança social que oportunamente tem sido apropriada pelo capitalismo e sua chegada no mercado de trabalho tem sido bem assimilada. O acesso ao mercado de trabalho, porém, não possibilitou uma emancipação equânime para mulheres de todas as classes sociais.

Muitas, principalmente as mais pobres, pagaram um preço alto ao sair de casa, sobretudo porque nem os homens e nenhuma outra instituição social se ocuparam dos cuidados com os filhos e com a vida privada. Passados aproximadamente quatro décadas, ainda não se consolidaram novos papéis familiares e sociais para preparar as novas gerações que sucederão as atuais. Assim, como nas demais relações, também na família, homens e mulheres, pais e filhos, utilizam-se de recursos competitivos e mercadológicos para disputar autoridade e poder perante o núcleo familiar.

Se os novos papéis sociais sobrecarregaram as mulheres em relação ao acúmulo de papéis que precisam desempenhar (como provedoras e reprodutoras da família), as vítimas fatais do novo modelo econômico têm sido principalmente os homens. Solapados pelo alto índice de desemprego, baixo prestígio social e pouca competitividade em face

do mercado de trabalho e de relações de poder, milhares de jovens se aventuram nos caminhos da informalidade, da transgressão, da ilegalidade e da morte certa.

O grande mito moderno do homem que conseguiu riqueza e poder a partir do nada não se constitui em façanha para muitos. Apesar disso, muitos o perseguem, porém sem os atributos necessários, nem condições de acesso a oportunidades de o realizarem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As relações que tentamos evidenciar nessas reflexões visaram demonstrar como as novas relações, geradas no âmbito da globalização e relacionadas a mecanismos desregulamentadores que visaram aprofundar o desenvolvimento econômico, favoreceram simultaneamente o crescimento de uma economia ilegal, que retoma a barbárie em suas práticas competitivas e acumuladoras, colocando em risco todo um patrimônio civilizatório construído à luz de preceitos relacionados à justiça, aos direitos e à democracia.

Paradoxalmente, as novas determinações sociais e econômicas acabam interferindo no comprometimento dos direitos de cidadania, produzindo o seu reverso: servidão ao consumo e violação do direito à vida e às condições de uma existência com dignidade. Neste contexto, configura-se uma nova subjetividade vazia de significado, levada de roldão para uma provisoriedade que não parece ter fim.

## **ABSTRACT**

This article discuss how the disregulatory procedures of the new economic liberalism and globalization politician version contributed to the appearance of new international organizations, parallel to the National States. It analyses the perverse effects of this process in the illicit economy new organizations configuration, related to the violence production, the same way in the new forms of subjectivity expression.

## **KEY WORDS**

globalization; violence; subjectivity

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. ; GENTILLI, P. (Org.). **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado de democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, H. **Da Violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1972.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986.
- CALVINO, Í. **Seis Propostas para o Próximo Milênio**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CERQUEIRA, D. ; LOBÃO, W. **Criminalidade**: social versus polícia. Texto para discussão n° 958, Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 28 de junho de 2003.
- CERRONI, U. **Política**: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições, categorias. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COGGIOLA, Osvaldo. O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo. In: **Revista Adusp**. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/07> . Acesso em: 23 abril de 2004.
- DEA. *National Narcotics Intelligence: The supply of illicit drugs to the United States*, Washington, August, 1995. In: MACHADO, Lia O. *O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?* Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/pesquisa/droga> . Acesso em: 24 de abril de 2004.
- FAJNZYLBER, Pablo. **Determinantes Econômicas da Criminalidade**: notas para uma discussão. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 24 de abril de 2004.
- FREITAS JÚNIOR, V. Os trilhões do crime organizado. **Jornal Valor**. 30 de abril de 2004.
- GERTH, H.; MILLS, W. **Max Weber**: ensaios de sociologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- HOBSBAWM, E. **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- IANNI, O. Raízes da violência. In: CAMACHO, T. (Org.). **Ensaio sobre a violência**. Vitória: EDUFES, 2003. p. 19-38.
- MACHADO, L. O. **O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira**: uma simbiose. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj>. Acesso em: 26 de abril de 2004.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - o processo global da produção capitalista. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).
- MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edições Sociais, v.3, 1988.
- MENDONÇA M. J. C. de ; LOUREIRO, P. R. A.; SACHSIDA, A. **Criminalidade e Interação**



Gentili, Raquel M.L.; Mongim, Andrea B. & Gomes, Adriana. *Repercussões da nova ordem...*

**Social.** Texto para discussão n° 968. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 de junho de 2003a.

\_\_\_\_\_. **Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil.** Texto para discussão n° 967. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 Julho de 2003b.

NEGT, O.; KLUGE, A. **O que há de político na política?** Relações de medida em política - 15 propostas sobre a capacidade de discernimento. São Paulo: UNESP, 1999.

SCHMIDT, B. V. Ciência e Política. In: COELHO, B. e M. **Política, Ciência e Cultura em Max Weber**, 2000.

WIÉRVORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n. 1, São Paulo, 1998.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei do samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando (Coord.), SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.245 – 318.